

18 FEV 2020

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Estado formaliza pagamento de R\$ 17 mi em precatórios

O Governo do Estado formalizou ontem o pagamento de mais de R\$ 17 milhões em precatórios preferenciais a credores que participaram das rodadas de negociação promovidas pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) no ano passado.

Estado formaliza pagamento de R\$ 17 milhões em precatórios

1.023 pessoas aderiram à proposta feita pelo Executivo

O Governo do Estado formalizou ontem o pagamento de mais de R\$ 17 milhões em precatórios preferenciais a credores que participaram das rodadas de negociação promovidas pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) no ano passado. O governador Carlos Massa Ratinho Junior, o presidente do TJ-PR, Desem-

bargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, e presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – seção Paraná (OAB-PR), Cássio Lisandro Telles, participaram da solenidade, no Palácio da Justiça, em Curitiba.

Um total de 1.023 pessoas, disse Ratinho Junior, aderiram à proposta feita pelo Executivo de receber precatórios com

deságio e, com isso, antecipar o recebimento de seus créditos. Segundo ele, o pagamento reforça o olhar social por parte do Estado. “O Paraná cumpre sua missão, resolvendo o problema de gente que estava há mais de 20 anos na espera para receber aquilo que lhe é de direito. Eles tinham o crédito e o Governo não pagava”, disse o governador.

18 FEV 2020

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Superior Tribunal de Justiça mantém decisão que impôs a terceiro ordem arbitral

Empresa que não participou do procedimento de arbitragem é alcançada por cláusula compromissória. Objetivo é garantir "resultado útil" da decisão

Cabe ao Poder Judiciário conferir coercibilidade às decisões arbitrais para garantir um resultado útil ao procedimento de arbitragem. Com esse entendimento, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça rejeitou o pedido de uma empresa para não se submeter à ordem judicial que deu eficácia a uma decisão arbitral.

Para a relatora do recurso especial, ministra Nancy Andrighi, é aceitável a convivência de decisões arbitrais e judiciais, "quando elas não se contradisserem e tiverem a finalidade de preservar a efetividade de futura decisão arbitral", conforme entendimento já pacificado na Corte.

"A determinação de cum-

primento de cartas arbitrais pelo Poder Judiciário não constitui uma atividade meramente mecânica", afirmou a ministra. De acordo com Nancy, por mais restrita que seja, "o Poder Judiciário possui uma reduzida margem de interpretação para fazer cumprir as decisões legalmente exaradas por cortes arbitrais".

De acordo com o processo, durante a execução de contrato para a exploração e venda de minério de ferro, dois empresários instauraram procedimento de arbitragem. Eles alegaram descumprimento do ajuste segundo o qual deveriam receber um valor fixo por tonelada de minério retirado da Mina Corumi (MG).

A proprietária da mina

opôs embargos contra a decisão judicial que determinou que o Poder Judiciário desse cumprimento à carta arbitral que assegurou aos empresários o direito de acompanhar o processo de pesagem do minério. Alegou que não poderia sofrer os efeitos da decisão arbitral, já que não fez parte do procedimento de arbitragem.

Para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no entanto, a proprietária teria de aceitar o cumprimento da ordem. No recurso ao STJ, a proprietária afirmou que o Judiciário extrapolou sua competência ao determinar o cumprimento da ordem do juízo arbitral, mesmo sabendo que ela não participou da arbitragem.



Ministra destacou que deve existir relação de diálogo e cooperação entre os juízos estatal e arbitral, e não de disputa

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

4ª Turma do STJ admite flexibilizar diferença mínima de idade na adoção

É possível, dependendo das circunstâncias de cada caso, flexibilizar a exigência de diferença mínima de 16 anos entre adotando e adotante, prevista no parágrafo 3º do artigo 42 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

18 FEV 2020

Segundo as decisões, o limite mínimo de idade entre as partes envolvidas no processo de adoção é uma referência a ser observada, mas não impede interpretações à luz do princípio da socioafetividade, cabendo ao juiz analisar as particularidades de cada processo.

O caso analisado teve origem em ação ajuizada por um padrasto em 2017, com a finalidade de obter adoção unilateral de sua enteada. O autor alegou que, apesar de não cumprir o requisito da diferença mínima de idade prevista no ECA — ele nasceu em 1980 e a enteada, em 1992 —, todas as outras exigências legais estão plenamente satisfeitas.

O padrasto informou que convivia em união estável com a mãe da enteada desde 2006 e que se casaram em 2015. Relatou que, desde o início da convivência familiar — época em que a menina tinha 13 anos —, assumiu a responsabilidade e os cuidados com ela, como se fosse sua filha.

18 FEV 2020

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Plano de saúde deve custear tratamento de criança autista

É abusivo negar tratamento médico apenas por este não estar coberto na apólice contratada ou não constar no rol de procedimentos obrigatórios da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Assim entendeu a 5ª Vara Cível da Comarca de Santos (SP) ao determinar que o plano de saúde autorize a cobertura de tratamento multidisciplinar a criança com autismo.

O tratamento abrange terapia psicológica, fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicopedagogia pelo método ABA, indicado pelo médico que trata do paciente.

De acordo com o processo, a criança foi diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista, necessitando de intervenção comportamental intensiva, e, segundo a prescrição médica, de tratamento multidisciplinar com diversas terapias, por tempo indeterminado.

18 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Ministros do STF podem ser alvo de ataque terrorista, diz PF

Dias Toffoli envia ofício a colegas pedindo que reforcem segurança pessoal

Mônica Betgamo

SÃO PAULO O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli, encaminhou aos magistrados da corte um ofício sigiloso informando que uma célula terrorista pode estar preparando “agressões contra ministros” do tribunal.

A informação foi repassada pela Polícia Federal ao ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito que investiga ataques ao Supremo.

Ele então repassou a informação a Toffoli, que enviou um documento aos colegas alertando sobre os riscos e recomendando que, diante da gravidade do alerta, “reforcem a segurança pessoal nas atividades cotidianas”.

Os supostos terroristas teriam dito, em suas comunicações, que os ministros mantêm uma rotina que facilita o contato físico e visual. Seriam, portanto, autoridades de fácil acesso a indivíduos que pretendem fazer algum ataque.

A mensagem da célula terrorista teria sido captada em janeiro, na deep web, e teria sido disparada pela Unidade Realengo Marcelo do Valle.

O ofício de Toffoli foi distribuído na última quarta-feira (12). A informação deixou ministros apreensivos.

Em março de 2019, Toffoli anunciou a abertura de um inquérito para investigar a existência de fake news, ameaças e denúncias caluniosas, difamantes e injuriantes que atingem a honra e a segurança dos membros da corte

e seus familiares.

O inquérito é controverso porque foi aberto no STF de ofício (sem provocação de outro órgão), sem participação inicial do Ministério Público e distribuído ao ministro Alexandre de Moraes, seu relator, sem a realização de sorteio entre os demais integrantes do tribunal.

A investigação, que tramita em sigilo, foi aberta em um período marcado por derrotas da Operação Lava Jato no STF e pela troca de farpas entre magistrados, congressistas e membros da força-tarefa em Curitiba.

O anúncio causou descontentamento no Congresso e no Ministério Público. Podem ser alvo parlamentares e procuradores que, no entendimento dos ministros, tenham levado a população a ficar contra o tribunal.

No mês seguinte à abertura do inquérito, a então procuradora-geral, Raquel Dodge, afirmou ter arquivado o inquérito. Ela já havia pedido esclarecimentos sobre a investigação e sugerido que o STF extrapolou suas atribuições. Mas Moraes decidiu manter a apuração, que foi prorrogada.

Pouco depois, no âmbito de uma ação ajuizada pela Rede, Dodge voltou a defender o arquivamento e disse que a investigação é inconstitucional.

O caso, porém, ainda não foi levado ao plenário da corte.

O atual Procurador-Geral da República, Augusto Aras, já disse não ver nulidade no inquérito e afirmou ser contra o arquivamento defendido por sua antecessora.

A medida tem enfrentado críticas dentro da própria corte. O ministro Marco Aurélio, por exemplo, defende que a apuração seja encaminhada ao Ministério Público, uma vez que a competência do Supremo é julgar, não acusar. A ideia também é defendida por Luiz Fux — que deve assumir a presidência da corte neste ano, em substituição a Toffoli.

No âmbito do inquérito, Moraes mandou tirar do ar reportagem dos sites Crusoé e O Antagonista que ligavam Toffoli à empreiteira Odebrecht. Dias depois, o ministro voltou atrás e derrubou a censura.

CONTINUA

18 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Entenda o inquérito que investiga ataques ao Supremo

Origem

Em mar.19, o presidente do STF, Dias Toffoli, abriu inquérito para apurar fake news, ameaças e ofensas caluniosas, difamatórias e injuriosas a ministros da corte e seus familiares. Ele apontou como relator o ministro Alexandre de Moraes

Como a PGR recebeu a medida

A então PGR, Raquel Dodge, disse que a investigação era inconstitucional. Augusto Aras, que assumiu em set.19, afirmou não ver nulidade no inquérito e disse ser contra o arquivamento da apuração

Quais alguns dos pontos contestados

Toffoli abriu o inquérito por ato de ofício, sem provocação de outro órgão, o que é incomum. Para os críticos, ele deveria ser encaminhado ao Ministério Público. Além disso, Moraes foi designado para presidir sem que houvesse sorteio ou consulta em plenário

Desdobramentos

O STF tem desmembrado o inquérito, remetendo pedidos de investigações de casos concretos à Polícia Federal, em uma manobra para colocá-los dentro do rito processual normal e tentar fazer com que tenham prosseguimento em ações na Justiça

18 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

ALERTA GERAL

Familiares de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) também vêm sofrendo ameaças. Os casos já foram encaminhados à secretaria de Segurança da corte.

ALERTA 2 Há alguns dias, o presidente do tribunal, Dias Toffoli, encaminhou aos colegas um ofício recomendando que eles reforçassem a segurança pessoal depois que a Polícia Federal informou que poderiam sofrer ataques de uma suposta célula terrorista.

TIROTEIO

“Participar de atividade política sem qualquer relação com a magistratura é uma espécie de quebra de decoro judicial”

Do deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), sobre a presença do juiz Marcelo Bretas em agenda com Bolsonaro, sábado, no Rio de Janeiro

18 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Reeducação de agressores trava em falta de oferta e de regras

Projeto de lei sobre o tema aprovado no Senado
aguarda sanção presidencial

Júlia Zoremba

SÃO PAULO O Senado aprovou na última semana um projeto de lei que inclui no rol de medidas protetivas à vítima de violência doméstica a frequência do agressor a um centro de educação e recuperação e seu acompanhamento psicossocial. O texto aguarda sanção presidencial.

Mas, caso entre em vigor, a nova lei enfrentará obstáculos: a falta de oferta de grupos reflexivos para homens, de investimento e de diretrizes e regras comuns a todos.

Hoje, homens com medidas protetivas ou condenados (geralmente a regime aberto ou semiaberto) já podem ser encaminhados para centros do tipo por meio de decisões judiciais.

O que muda é que a penalidade ficará explícita no artigo 22 da Lei Maria da Penha. Caso não cumpra a medida, o homem poderá ser preso, explica o juiz Mário Filho, da vara de violência contra a mulher que atende os bairros de São Mateus, Guaianazes e Itaquera, na zona leste da capital.

Juntam-se a outros cinco incisos da Lei Maria da Penha que tratam de medidas protetivas de urgência, tais como a suspensão da posse de armas do agressor e o afastamento do homem do lar. Os juízes têm até 48 horas para conceder (ou não) a medida protetiva à vítima.

“Em todos os espaços que o homem frequenta, da escolinha até o bar, o machismo prevalece. Procuro criar um ambiente não machista, e provocar uma mudança neles: começam a falar de coisas que não falam em outros ambientes

Flávio Urra

psicólogo coordenador da ONG que comanda o projeto E Agora, José, em Santo André (Grande SP)

Para Filho, um dos méritos do projeto é obrigar o agressor ser reeducado no início do ciclo de violência, não apenas após a condenação. “A reincidência costuma ser maior no início, quando começam as agressões. É um momento crítico. A medida protetiva ajuda a estancar a violência”, diz.

O problema é que faltam centros do tipo no país, diz a juíza Teresa Santana, integrante da Comesp (coordenação para a mulher vítima de violência do Tribunal de Justiça) e juíza da 2ª Vara Criminal de Santo André: “Como política pública, a iniciativa não foi implementada de maneira universal.”

Mais importante do que fazer um projeto de lei sobre a questão seria regulamentar os centros, definindo como devem operar e qual a entidade responsável por eles, diz a socióloga e especialista em violência de gênero Wânia Pasinato.

A socióloga critica a falta de metodologia e de diretrizes de funcionamento comuns entre eles e a ausência de fiscalização e dados: “Não sabemos hoje no Brasil como as perspectivas de gênero e masculinidades são trabalhadas nesses grupos.”

CONTINUA

Em 2008, houve uma proposta da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres para a implementação de serviços de responsabilização de agressores e definição de padrões, mas, segundo Pasinato, não foi adiante.

Os centros têm formatos variados: são operados por ONGs, criados por varas especializadas, feitos por coletivos. A carga horária e o número de encontros variam. Abordam temas como machismo e violência contra a mulher e costumam desenvolver atividades voltadas para a desconstrução de padrões tóxicos.

Sobre os centros, a Lei Maria da Penha se limita a dizer que “a União, o Distrito Federal, estados e municípios poderão criar e promover” centros de educação e reabilitação para agressores. Mas não é taxativa ao afirmar quem deve financiá-los e mantê-los.

A Folha procurou os tribunais de Justiça de todos os estados e o Distrito Federal. Destes, 14 unidades federativas informaram ter programas voltados para agressores: BA, CE, DF, GO, ES, MA, MT, MS, PE, RN, RS, RR, SE e SC.

Em São Paulo, o primeiro grupo reflexivo para homens foi criado em 2009 pelo Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Atende hoje homens denunciados por mulheres com base na Lei Maria da Penha. “Não é um curso, mas um grupo para pensar o que é ser homem, as mudanças na sociedade e propor um outro tipo de socialização masculina”, explica o psicólogo Tales Mistura.

Há notícias e vídeos, discussões e compartilhamento de experiências. Uma das atividades, por exemplo, consiste em escrever vantagens de ser homem e de ser mulher, seguida por um debate. No início, conta, os homens chegam “muito revoltados, com um sentimento de injustiça”.

Os participantes devem participar de ao menos 16 encontros de duas horas cada um. A participação pode servir como atenuante de uma futura condenação.

Cerca de 1.000 homens foram atendidos em 10 anos e a taxa de reincidência de violência foi de cerca de 5%.

A maior dificuldade, diz, é conseguir investimento para realizar o curso, realizado de forma voluntária. Eles têm uma parceria com o Fórum da Barra Funda.

Outro projeto no estado é o Tempo de Despertar, criado em 2014 pela promotora Gabriela Manssur. “É a melhor forma de lidar com a violência contra a mulher, porque é uma questão comportamental, mas não de forma isolada.”

O projeto virou política pública no município de Taboão da Serra (Grande SP) e, no fim do ano passado, passou a ser apoiado pela Prefeitura de São Paulo. Os encontros, oito no total, são realizados às terças e quintas no Fórum da Barra Funda (zona oeste da capital) durante duas horas.

Os participantes são acompanhados por um ano após a conclusão, e Manssur diz que a taxa de reincidência entre eles foi de 2%. Espera que 700 homens participem do projeto neste ano —cerca de mil homens já foram atendidos.

Na última semana, a promotora foi a Brasília para sugerir ao governo a implementação da ação em todo o país. “É um projeto barato e que oferece um resultado satisfatório. Por que não adotar um programa nacional?”, diz. “Hoje, existem pouquíssimos.”

Há também o E Agora, José?, que atende a cidade de Santo André. Segundo o psicólogo Flávio Urra, coordenador da ONG que realiza o projeto, a fila de espera para participar dos encontros já chega a 50 pessoas (são atendidos 40 homens todas as quartas). São 26 encontros no total.

“Em todos os espaços que o homem frequenta, da escolinha até o bar, o machismo prevalece. Procuro criar um ambiente não machista, e provocar uma mudança neles: começam a falar de coisas que não falam em outros ambientes”, diz.

O perfil dos alunos varia. Tem desde os que cometeram agressão verbal até abuso sexual no transporte público. O mais velho tem 95 anos.

O programa é mantido à base de penas pecuniárias recebidas pelo fórum que são revertidas ao projeto. “O trabalho deveria ser transformado em uma política de segurança pública. Se faz, rompe com todas as violências: urbana, de torcidas, de trânsito. São todas fruto de machismo”, diz.

Caso a política pública comece a ser implementada desde a escola, o resultado pode ser ainda mais eficaz, diz a juíza Teresa Santana. “A violência doméstica é fundamentada em uma questão cultural. Se não muda, a tendência é que se repita.”

A Folha entrou em contato com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para saber se há alguma política pública nacional sobre a questão em desenvolvimento, mas não obteve retorno.

18 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Aras determina revisão de investigações sobre Maia paradas há 6 meses

Apurações sobre presidente da Câmara dos Deputados esperam decisão da Procuradoria-Geral de arquivar ou oferecer denúncia

Reynaldo Turillo Jr.

BRASÍLIA As investigações que tramitam no STF (Supremo Tribunal Federal) sobre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), estão há meses paradas à espera de uma decisão da Procuradoria-Geral da República —se oferece denúncias ou pede o arquivamento dos casos.

O procurador-geral, Augusto Aras, determinou a revisão das apurações, após ter recebido de sua antecessora, Raquel Dodge, os inquéritos supostamente prontos para oferecimento de denúncia.

Aras assumiu o cargo em setembro passado, após indicação do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Já Maia entra em seu último ano como presidente da Câmara dos Deputados, em meio a embates com o governo federal e críticas a ele vindas de bolsonaristas nas redes sociais e em protestos de rua.

Integrantes da equipe de Aras teriam visto inconsistências na acusação, que agora pode levar meses para ser refeita. Houve um entendimento de que os elementos colhidos nos inquéritos não davam lastro à narrativa acusatória traçada por Dodge.

O resultado da recheagem feita pelo procurador-geral vai determinar se o órgão buscará abrir ações penais contra Maia, tornando-o réu, ou

se pedirá o arquivamento dos inquéritos ao ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo.

Aras tem afirmado que investigações penais precisam ser cuidadosas para não criminalizar a atividade política e devem correr preferencialmente sob sigilo. Ao se lançar candidato à PGR, no ano passado, ele criticou a Operação Lava Jato nesse sentido.

“Houve a personalização da Lava Jato que resultou na debacle da economia nacional. Não se preservou o legado empresarial [...] e, antes disso, atingiu a política partidária. Não foi preservado o caráter necessário da política como única solução adequada para a vida em sociedade, ou seja, criminalizou-se a atividade política”, disse na ocasião, em entrevista à Folha.

Como presidente da Câmara, Maia é um dos políticos mais influentes do país, considerado fundamental para o andamento da agenda de reformas defendida pelo governo Bolsonaro. Seu mandato na presidência da Casa termina em janeiro de 2021.

Uma das investigações sobre ele decorreu da delação da Odebrecht, em 2017, e está aberta para consulta pública no Supremo.

Em agosto do ano passado, a Polícia Federal apontou, nesse inquérito, indícios de que Maia cometeu os crimes de corrupção passiva, lavagem

de dinheiro e “caixa três” envolvendo supostos repasses da empreiteira ao deputado e a seu pai, o ex-prefeito do Rio e atual vereador carioca César Maia (DEM).

Para a PF, Maia e o pai receberam pagamentos em espécie de R\$ 1,6 milhão em 2008, 2010, 2011 e 2014. Parte significativa, cerca de R\$ 750 mil, teria sido repassada quando os dois não eram candidatos (R\$ 300 mil, em 2008) ou em anos fora do período eleitoral (R\$ 450 mil, em dezembro de 2010 e janeiro de 2011).

A PF também afirmou em seu relatório que Maia e o pai praticaram o chamado “caixa três” em 2010 e 2014, quando declararam ter recebido doações oficiais de empresas ligadas ao Grupo Petrópolis que, na verdade, foram feitas a mando da Odebrecht, de acordo com delatores.

Nas planilhas da empreiteira, o deputado aparecia supostamente ligado ao codinome “Botafogo”.

Em 23 de agosto passado, Fachin enviou o relatório da polícia à PGR para, “no prazo de 15 dias, oferecer denúncia ou requerer o arquivamento”. O comando na PGR mudou nesse período e o prazo dado pelo ministro estourou —já se passaram quase seis meses.

Quando o relatório da PF veio a público, Maia afirmou que todas as doações recebidas para suas campanhas foram legais, contabilizadas e declaradas à Justiça.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

18 FEV 2020

“Nunca houve pagamentos não autorizados por parte da Odebrecht ou de qualquer outra empresa. A conclusão do relatório da Polícia Federal, portanto, não tem embasamento fático, comprobatório ou legal, já que foi baseado exclusivamente em palavras e planilhas produzidas pelos próprios delatores”, disse.

Outro inquérito que tem Maia como alvo foi concluído pela PF há quase três anos, no início de 2017 — quando o procurador-geral da República ainda era Rodrigo Janot. Esse caso está em sigilo.

Para a PF, havia indícios de que o parlamentar prestou favores à empreiteira OAS em troca de doações. A apuração teve como base supostas mensagens de celular trocadas entre Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS, e Maia.

Reportagem da Folha de 2016 noticiou que, no celular apreendido de Pinheiro, havia mensagens de uma pessoa identificada como Rodrigo Maia com pedidos de doação e conversas sobre projetos do Congresso Nacional.

“A doação de 250 vai entrar?”, diz mensagem de um número identificado como o do deputado em 17 de setembro de 2014. Em 26 de setembro, o mesmo número reitera: “Se tiver ainda algum limite pra doação, não esquece da campanha aqui”.

Naquele mês, Léo Pinheiro encaminha para um destinatário desconhecido outra mensagem supostamente recebida de Maia. “Saiu MP nova. Trata de programa de desenvolvimento da aviação regional. Prazo de emenda até 8/8.” Léo Pinheiro completa com um comentário: “Vamos preparar emendas”.

Também nesse caso o presidente da Câmara nega irregularidades.

INVESTIGAÇÕES SOBRE RODRIGO MAIA

1

Apura suspeitas de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e “caixa três” envolvendo possíveis repasses da Odebrecht ao deputado e a seu pai, César Maia, nos anos de 2008, 2010, 2011 e 2014

2

Investiga suposto favorecimento de Maia à OAS em troca de doações

O QUE DIZ MAIA

O deputado nega irregularidades e afirma que todas as doações que recebeu foram legais, contabilizadas e declaradas à Justiça

18 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

SEPARAÇÃO O Ministério da Justiça vai pintar nas próximas semanas a frase "diga não à facção" em penitenciárias. A ideia da campanha é levar aos presos a informação de que, pela recém-aprovada lei anticrime, quem mantém vínculo com organização criminosa durante cumprimento de pena não tem benefício de progressão de regime.

AJUDA A pasta de Sergio Moro anunciou uma força-tarefa para ajudar à PF em São Paulo no combate a organizações criminosas no estado. A portaria foi assinada nesta segunda e é resultado de investigações sigilosas em andamento.

INVESTIGUE-SE A atual administração do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí vai entregar à Polícia Federal indícios que coletou sobre pagamentos irregulares a servidores e a aposentados do órgão. Como mostrou o PAINEL, os achados superam R\$ 33 milhões.

HOSPEDEIRO Servidores do Senado foram agraciados por ato de Davi Alcolumbre (DEM-AP), no último dia 12, estendendo a permanência de filhos e enteados como dependentes do plano de saúde dos atuais 24 anos para 33 anos — como comparação, para a Receita Federal, a idade limite para dependentes é de 24 anos. Na Câmara, os 33 anos valem desde 2016.

PAINEL S.A.

NOVELA O questionamento do ex-presidente da Braskem José Carlos Grubisich sobre a recuperação judicial da Odebrecht teve mais um passo na semana passada com uma liminar concedida pelo TJSP.

VOTO A liminar atende parcialmente a queixa de Grubisich de que os bancos que têm garantia fiduciária de ações da Braskem não deveriam poder votar como concursais quirografários na assembleia de março porque ao mesmo tempo eles são considerados extraconcursais com relação à OSP Investimentos.

PAPÉIS Ao proferir a liminar, o desembargador ressaltou que o impedimento de voto para os bancos valerá apenas se o plano for votado de modo unificado para todas as sociedades. Procurados, os bancos BNDES, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander não comentaram.

Reforma administrativa ? veta filiação partidária de parte de futuros servidores

Julia Chaib e
Talita Fernandes

BRASÍLIA A reforma administrativa em fase de análise final por Jair Bolsonaro inclui o veto à filiação partidária de uma parcela de futuros servidores. O presidente, que se debruçará sobre a iniciativa nesta terça (18), prometeu apresentá-la ao Legislativo nesta semana.

A proposta passou por avaliação de diferentes ministérios. Consolidada há duas semanas em reunião no Palácio do Planalto, ela deve alterar a estrutura do funcionalismo e o plano de cargos e salários.

Se a proposta de proibir a adesão a partidos não for retirada de última hora por Bolsonaro, que ainda avalia o projeto, a medida vai enfrentar forte resistência no Parlamento.

Integrantes da equipe do Ministério da Economia, da Casa Civil, além dos ministros Wagner Rosário (Controladoria-Geral da União), Jorge Oliveira (Secretaria-Geral) e André Mendonça (Advocacia-Geral da União), ficaram reunidos no dia 6 e quase vararam a madrugada na discussão do texto.

A ideia era passar um pente-fino para retirar trechos controversos. Dessa forma, a equipe chegaria a um projeto de consenso sobre a primeira etapa da reforma, que é o envio da PEC (proposta de emenda à Constituição).

Um dos itens polêmicos, porém, ficou no texto.

Incluída inicialmente pela equipe econômica, a previsão de veto à filiação partidária a futuros servidores públicos de carreiras exclusivas de Estado foi avalizada pelos demais ministros. Essas carreiras serão definidas posteriormente em projeto de lei.

“Estamos na iminência de mandar a reforma administrativa, não vai atingir os já

servidores, não vai ser mexido nada no tocante a eles”, afirmou Bolsonaro nesta segunda-feira (17).

Líderes no Congresso e uma ala de aliados de Bolsonaro no próprio Planalto defendem a retirada do veto à filiação partidária para evitar tumulto entre os parlamentares. Porém, até sexta-feira (14), o presidente não havia mudado o texto.

No ano passado, o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), que é servidor público concursado da Câmara também, chegou a conversar com a equipe econômica sobre a medida.

No Legislativo, a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público tem 255 integrantes, dos quais 21 senadores.

Dados do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) mostram que a Câmara tem ao menos 67 servidores públicos eleitos.

Deles, 35 são da área de segurança pública e provavelmente serão enquadrados no grupo das carreiras de estado.

Se estivesse em vigor no passado, eles teriam de ter sido exonerados para se filiar a partidos ou se candidatar.

Para líderes de partidos aliados a Bolsonaro e de siglas de oposição, a vedação à filiação partidária é uma afronta aos direitos políticos.

“É um absurdo completo. A Constituição garante os direitos políticos a todos. Se assim fosse, Bolsonaro e eu não seríamos eleitos”, diz o senador Major Olimpio (PSL-SP).

Na Câmara, segundo o deputado Capitão Augusto (PL-SP), há 21 militares, dos quais 15 são policiais.

Hoje eles não podem ter filiação partidária enquanto em exercício, mas têm o direito de se filiar no dia da convenção caso queiram ser candidatos e, nesse caso, entram em licença.

18 FEV 2020

JORNAL DO ÔNIBUS

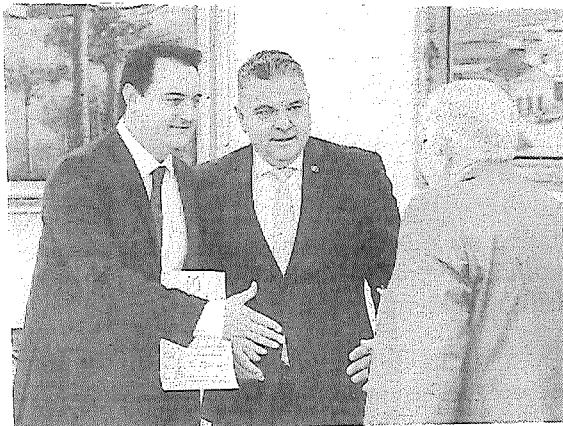
Estado paga R\$ 17 milhões em precatórios

Mais de mil credores participaram das negociações promovidas pelo TJ-PR

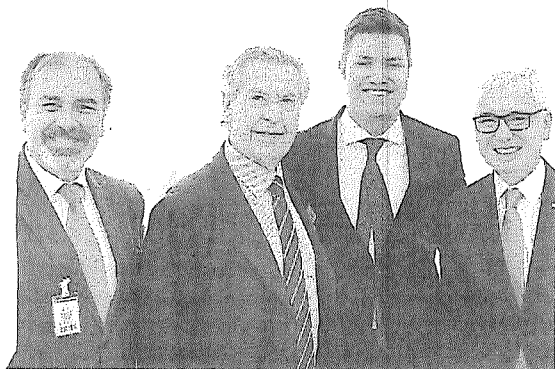
O Governo do Estado formalizou nesta segunda-feira (17) o pagamento de mais de R\$ 17 milhões em precatórios preferenciais a credores que participaram das rodadas de negociação promovidas pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) no ano passado. O governador Ratinho Junior, o presidente do TJ-PR, Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, e presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – seção Paraná (OAB-PR), Cássio Lisandro Telles, participaram da soleni-

dade, no Palácio da Justiça, em Curitiba.

Um total de 1.023 pessoas, disse Ratinho Junior, aderiram à proposta feita pelo Executivo de receber precatórios com deságio e, com isso, antecipar o recebimento de seus créditos. Segundo ele, o pagamento reforça o olhar social por parte do Estado. “O Paraná cumpre sua missão, resolvendo o problema de gente que estava há mais de 20 anos na espera para receber aquilo que lhe é de direito. Eles tinham o crédito e o Governo não pagava”, disse o governador. ■



O governador fez a entrega simbólica dos pagamentos no palácio



Encontro de amigos


Na solenidade do TJ, em que foi instituído oficialmente, o programa de pagamento dos precatórios, um encontro de amigos. Da esquerda à direita: empresário e advogado RENATO BARROSO, advogado NILSO Sguarezi, Chefe da Casa Civil, Guto SILVA e o presidente da OAB/PR, Cássio Telles.

18 FEV 2020

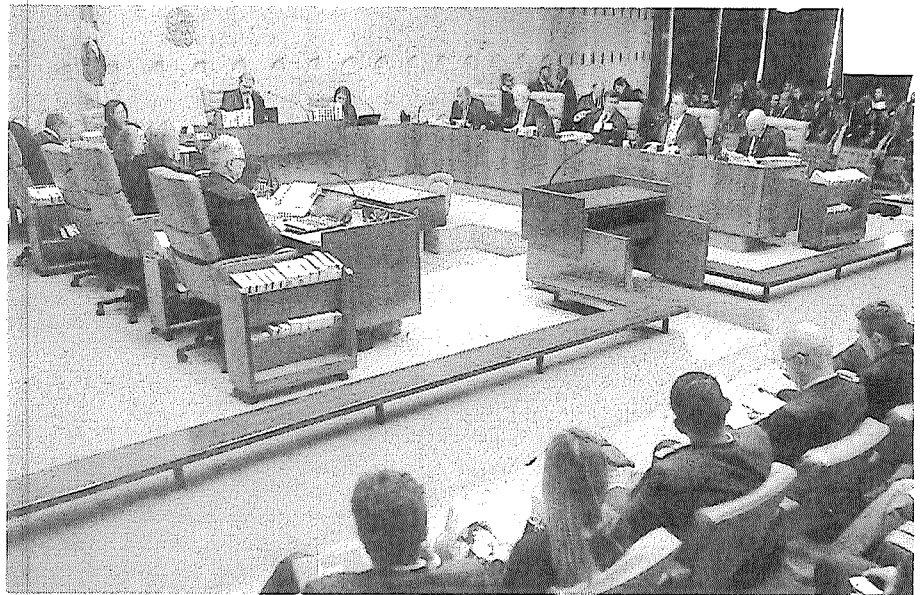
JORNAL DO ÔNIBUS

PF alerta ameaça terrorista contra o Supremo

Presidente do STF encaminhou ofício sobre o perigo

 O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, encaminhou aos magistrados da corte um ofício sigiloso informando que uma célula terrorista pode estar preparando "agressões contra ministros deste tribunal". A informação foi repassada pela Polícia Federal ao ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito que investiga ataques ao Supremo. Ele então repassou a informação a Toffoli, que enviou um documento aos colegas alertando sobre os riscos.

A informação foi dada pela colunista da Folha de S Paulo, Mônica Bérnago, na tarde de ontem. Segundo a reportagem, os supostos



Os ministros estariam muito expostos a agressões físicas

terroristas teriam dito, em suas comunicações, que os ministros mantêm uma rotina que facilita o contato físico e visual. Seriam, portanto, autoridades de fácil

acesso a indivíduos que pretendem fazer algum ataque.

A mensagem da célula terrorista teria sido captada em janeiro, na deep web, e teria sido

disparada pela Unidade Realengo Marcelo do Valle. O ofício de Toffoli foi distribuído na quarta (12). A informação deixou ministros apreensivos. ■

18 FEV 2020

JORNAL DO ÔNIBUS

AGU defende criação do juiz de garantias

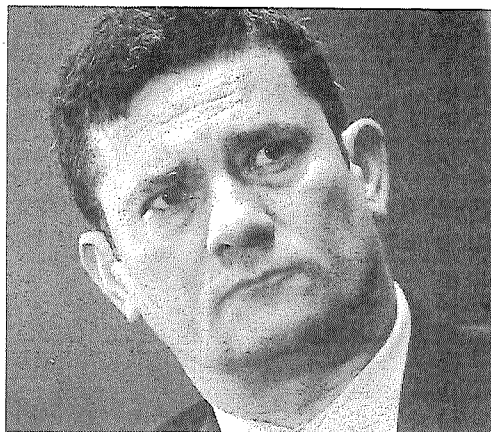


A Advocacia-Geral da União cravou que a instituição do juiz de garantias visa 'maior isenção e imparcialidade' e 'preservação de um maior patamar de neutralidade cognitiva do juiz sentenciante'.

Em manifestação ao Supremo, a AGU fustigou a Ação Direta de Inconstitucionalidade 6300, proposta pelo PSL, contra os seis artigos da Lei nº 13.964 que instituem o juiz de garantias. O pare-

cer vai contra posicionamento do ministro Sergio Moro (Justiça e Segurança Pública) e frustra o ex-juiz da Operação Lava Jato, que já declarou publicamente ser contra o magistrado de garantias.

O documento é assinado pelo Advogado-Geral da União, André de Mendonça, pela secretária-geral de Contencioso, Izabel Vinchon Nogueira de Andrade, e a advogada da União Carolina Sausmikat Bruno de Vasconcelos. ■



O ministro Moro é contra a criação do novo magistrado

Delatores da Lava Jato devolveram R\$1,3 bi

Delatores da Lava Jato devolveram R\$1,3 bi

Delatores da Operação Lava Jato que tiveram acordos homologados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ressarciram aos cofres públicos R\$ 1,3 bilhão. Ao todo, a Procuradoria-Geral da República monitora o cumprimento de 222 colaborações – a maior parte é ligada à empreiteira Odebrecht.

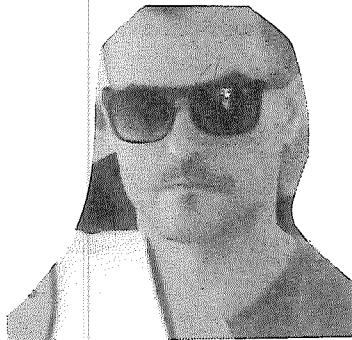
Dados do Sistema de Monitoramento de Colaborações (Simco) indicam que até quarta-feira (12/2) foram depositados R\$ 832.558.804,77 em multas e R\$ 478.180.337,78, em

perdimento de bens, entre montantes em moedas estrangeiras – que estavam em paraísos fiscais – e objetos, como joias, imóveis e veículo, apreendidos pela Justiça por terem sido comprados com dinheiro ilícito.

Pelo sistema, os colaboradores estão divididos em cinco núcleos: econômico, administrativo, financeiro, político e outros – sendo 155 do núcleo econômico, 25 do administrativo, 16 do financeiro, 7 do político e 19 não se enquadram nas categorias acima. Esses valores não incluem os acordos de leniência que são fechados pelas empresas. ●

18 FEV 2020

JORNAL DO ÔNIBUS



?|| O motorista estaria passando por problemas psicológicos

Motorista acusado de racismo se apresenta

O motorista do aplicativo de carona inDriver, Josivaldo Gualberto de Assis Júnior, acusado de enviar áudios com conteúdo racista para uma passageira, em Curitiba, se apresentou à Polícia Civil nesta segunda-feira, 17, por volta das 10h30. A mulher que recebeu as mensagens é negra e afirmou ter sido vítima de injúria racial por parte do motorista. Um inquérito foi aberto para apurar o caso.

Josivaldo chegou à delegacia acompanhado da irmã e mais dois advogados e foi liberado

depois de ser ouvido no 7º Distrito Policial. De acordo com os advogados, ele estaria passando por crises psicóticas e um quadro depressivo. Este teria sido o motivo por não ter se apresentado antes à Polícia.

O motorista conseguiu o telefone da passageira no próprio aplicativo, que mostra o número do celular dos usuários. Segundo a passageira, as mensagens chegaram depois que ela cancelou a corrida por conta da demora do motorista. Ela abriu um boletim de ocorrência para relatar o caso. ●

18 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

MP cobra apuração sobre presença de Bretas e Crivella em evento com Bolsonaro

A Procuradoria Regional Eleitoral do Rio encaminhou ofício ontem ao Ministério Público do Estado cobrando apuração sobre a participação do prefeito Marcelo Crivella (PSC) e do juiz federal Marcelo Bretas, da 7.ª Vara Federal Criminal e responsável pela Lava Jato Rio, em evento gospel que teve a presença do presidente Jair Bolsonaro, no sábado. O objetivo é investigar se a participação de Crivella e Bretas configuraria violação à legislação eleitoral,



possível desvio de conduta e uso eleitoral do poder religioso. Bretas não quis comentar o envio do ofício. A prefeitura do Rio não respondeu aos questionamentos feitos pelo **Estado**.

COLUNA DO ESTADÃO

11

• **Cine Estrelas.** Rosângela Moro, advogada e mulher de Sérgio Moro, disse ao **Estado** que aprovou o Oscar de melhor filme ao coreano *Parasita*. “Excelente, fala sobre desigualdade social. Foram merecidas todas as estatuetas”, disse.

• **Lista.** O presidente do STF, Dias Toffoli, entregará amanhã ao Congresso as contribuições da Corte para a reforma do novo Código de Processo Penal. Ele deverá ir até a Câmara. Um dos pontos deverá ser a proposição de mudanças no procedimento do júri: precisa ser simplificado.



• **SINAIS PARTICULARES.** Rosângela Moro, mulher de Sérgio Moro, ministro da Justiça

18 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Conselho contraria Bolsonaro em nota

O Conselho Nacional de Direitos Humanos elaborou nota contrária à posição do governo Jair Bolsonaro de apoiar as ideias do presidente norte-americano, Donald Trump, para Israel e Palestina. Na primeira reunião do ano, na semana passada, o colegiado aprovou texto que expressa “preocupação” com o conflito e a proposta. “O plano de paz (dos EUA), ao contrário do afirmado na nota do Itamaraty, não contempla igualmente aspirações de palestinos e israelenses, solucionando em favor de Israel os principais pontos do conflito”, diz a nota.

• **O que.** O conselho (CNDH) é composto por membros dos três Poderes e da sociedade civil, independente e vinculado ao ministério de Damares Alves (Mulher e Família). Os únicos votos contrários à nota foram dos representantes ligados ao governo.

• **Terceira...** Com o PGR, Augusto Aras, Damares havia tentado emplacar o procurador direitista Ailton Benedito na presidência do conselho, depois de destituir a procuradora “progressista” Deborah Duprat, eleita no ano passado.

• **...vez.** No mesmo encontro do colegiado, pouco depois de ter sido aprovada a nota, foi eleito para a presidência do conselho o defensor público da União Renan Vinicius Sotto Mayor.

• **Aver.** Sotto Mayor é ligado a movimentos da sociedade civil. Mas conselheiros mais pragmáticos lembram da proximidade dele com o defensor-geral da União, Gabriel Faria Oliveira, alinhado a Bolsonaro. Ele votou a favor da nota contra o acordo de Trump.

Ex-prefeito é condenado por desvios em contratos

A Justiça de Ferraz de Vasconcelos, na Grande São Paulo, condenou o ex-prefeito Acir Filló (sem partido/expulso do PSDB) a sete anos e nove meses de prisão por supostos desvios de R\$ 350 mil em contratos com gráficas ocorridos em 2005. Um empresário e um ex-servidor também foram condenados. A reportagem não conseguiu contato com sua defesa.

R\$ 350 mil
TERIAM SIDO
DESVIADOS POR
ACIR FILO EM
CONTRATOS

Ao Supremo, AGU defende juiz de garantias

A Advocacia-Geral da União afirmou que o juiz de garantias visa “maior isenção e imparcialidade”. Em manifestação ao Supremo, a AGU questionou Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo PSL contra artigos da lei que institui a figura. O parecer da AGU vai contra o posicionamento do ministro Sérgio Moro (Justiça e Segurança Pública).

Procuradoria solicita transferência de Adélio

O Ministério Público Federal defendeu a transferência de Adélio Bispo de Oliveira do Presídio Federal de Campo Grande, onde o autor da facada contra Jair Bolsonaro está detido desde setembro de 2018. A prisão preventiva foi convertida em internação psiquiátrica em junho, quando Adélio foi considerado inimputável. De acordo com o MPF, sua permanência no presídio, em vez de um hospital de custódia, implicaria violação à lei e poderia agravar seus transtornos.

18 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Luiz Marinho é absolvido em ação por fraude em museu

*Pedro Prata
Fausto Macedo*

O juiz federal substituto Leonardo Henrique Soares, da 3.^a Vara Federal de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, ino-centou o ex-prefeito da cidade Luiz Marinho (PT) e outros 15 réus acusados de fraude à licitação da obra de construção do Museu do Trabalho é do Trabalhador, entre 2011 e 2012. Entre os absolvidos estão o ex-secretário municipal de Obras Alfredo Buso e o ex-secretário da Cultura Osvaldo de Oliveira.

Nas alegações finais, o próprio Ministério Público Federal havia se manifestado pela absolvição de Marinho e de Osvaldo de Oliveira por falta de provas.

Para o magistrado, não ficou comprovada a fraude à licitação, mas, sim, uma “maior competitividade”. “O órgão acusatório não logrou demonstrar sequer que os empresários e os agentes públicos denunciados se comunicassem previamente e/ou no curso da licitação no sentido de articular a atividade criminosa, dentro ou fora dos respectivos ‘núcleos’, não havendo indício algum nos autos de que a vitória no certame tenha sido combinada com as demais licitantes”, afirmou.

Segundo a denúncia do Ministério Público Federal, os acusados teriam direcionado a licitação das obras no museu para o consórcio Cronacon-CEI-Flasa. A Procuradoria afirmou que os sócios responsáveis pelas empresas Cronacon Ltda. e Flasa Engenharia e Construções Ltda. firmaram acordo com Marinho, então prefeito de São Bernardo de Campo, e servidores públicos para vencer licitações,

dentre as quais a construção do Museu do Trabalhador. A contrapartida seria feita por meio do financiamento da campanha à reeleição do petista.

O juiz afirmou, no entanto, que “o suposto cartel envolvia apenas uma das licitantes, a CEI, mas não contemplava as outras cinco concorrentes”.

O advogado de Marinho, Marco Aurélio Florêncio Filho, afirmou que a sentença “apenas confirma a absoluta lisura” da gestão do petista na prefeitura. “O magistrado reconheceu não existir qualquer prova a demonstrar a ocorrência de crime na licitação da obra.”

A defesa de Alfredo Buso também disse que a Justiça “reconheceu a ausência de fraude na contratação de empresa para a construção do Museu do Trabalho e do Trabalhador”. O advogado de Osvaldo de Oliveira e representantes das empresas citadas não foram localizados até a conclusão desta edição.

18 FEV 2020

FOLHA DE LONDRINA

PF avisa STF que ministros podem ser alvo de terrorismo

Toffoli encaminha aos magistrados da corte ofício sigiloso informando que célula terrorista pode preparar agressões contra os ministros

Mônica Bergamo
Folhapress

São Paulo - O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli, encaminhou aos magistrados da corte um ofício sigiloso informando que uma célula terrorista pode estar preparando "agressões contra ministros deste tribunal".

A informação foi repassada pela Polícia Federal ao ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito que investiga ataques ao Supremo.

Ele então repassou a informação a Toffoli, que enviou um documento aos colegas alertando sobre os riscos e recomendando que, diante da gravidade do alerta, "reforcem a segurança pessoal nas atividades cotidianas".

Os supostos terroristas teriam dito, em suas comunicações, que os ministros mantêm uma rotina que facilita o contato físico e visual. Seriam, portanto, autoridades de fácil acesso a indivíduos que pretendem fazer algum ataque.

A mensagem da célula terrorista teria sido captada em janeiro, na deep web, e teria sido disparada pela Unidade Realengo Marcelo do Valle. O ofício de Toffoli foi distribuído na quarta (12). A informação deixou ministros apreensivos.

INQUÉRITO

Em março de 2019, Toffoli anunciou a abertura de um inquérito para investigar a existência de fake news, ameaças e denúncias caluniosas, difamantes e injuriantes que atingem a honra e a segurança dos membros da corte e seus familiares.

O inquérito é controverso porque foi aberto no STF de ofício (sem provocação de outro órgão), sem participação inicial do Ministério Público e foi distribuído ao ministro Alexandre de Moraes, seu relator, sem a realização de sorteio entre os membros do tribunal.

A investigação, que tramita em sigilo, foi aberta em uma semana marcada por derrotas da Operação Lava Jato no STF e troca de farpas entre magistrados, congressistas e membros da força-tarefa em Curitiba.

O anúncio causou descontentamento no Congresso e no Ministério Público. Podem ser alvo parlamentares e procuradores que, no entendimento dos ministros, tenham levado a população a ficar contra o tribunal.

No mês seguinte à abertura do inquérito, a então procuradora-geral, Raquel Dodge, afirmou

ter arquivado o inquérito. Ela já havia pedido esclarecimentos sobre a investigação e sugerido que o Supremo extrapolou suas atribuições. Mas Moraes decidiu manter a apuração, que foi prorrogada. Pouco depois, no âmbito de uma ação ajuizada pela Rede, Dodge voltou a defender o arquivamento e disse que a investigação é inconstitucional. O caso, porém, ainda não foi levado ao plenário da corte.

O atual Procurador-Geral da República, Augusto Aras, já disse não ver nulidade no inquérito e afirmou ser contra o arquivamento defendido por sua antecessora.

CENSURA

A medida tem enfrentado críticas dentro da própria corte. O ministro Marco Aurélio, por exemplo, defende que a apuração seja encaminhada ao Ministério Público, uma vez que a competência do Supremo é julgar, não acusar. A ideia também é defendida por Luiz Fux.

18 FEV 2020

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Alinhando ideologicamente o STF

O Presidente do Senado Federal fixou como pauta prioritária a PEC que modifica a indicação de ministros ao STF. A proposta apresentada determina que o Presidente da República escolha o indicado por meio de uma lista tríplice, e o mandato passaria a ser de 10 anos, atualmente o cargo é vitalício. A limitação do mandato indica uma tentativa de alinhar de forma política e ideológica a Corte, desconfigurando a sua função contra majoritária. Cabe ao Senado avaliar os candidatos indicados. Entretanto, o histórico de votação dos atuais ministros em suas sabatinas não demonstra exatamente isso. A tentativa de mudança na indicação apenas denota a falta do exercício efetivo das atribuições dos senadores.

Luiz Gustavo Tiroli (acadêmico de Direito) - Londrina

FOLHA DE LONDRINA

EDITORIAL

O que explica a queda no número de homicídios?

18 FEV 2020

Um país que vive uma epidemia de homicídios até o ano de 2017 e começou a perceber uma melhora progressiva a partir de 2018 deve realmente comemorar que a taxa continuou a cair em 2019.

Há muito tempo a violência é uma das principais preocupações do brasileiro e a melhor atitude agora é que as autoridades façam uma análise de quais estratégias têm dado certo para que o País alcance números mais satisfatórios no quesito segurança pública.

O número de homicídios no Brasil diminuiu 21,1%, de janeiro a outubro do ano passado em relação ao mesmo período de 2018. Os dados foram divulgados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, com base nas informações do Sinesp (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas. Com isso, segundo o ministério, mais de 8,7 mil vidas foram preservadas no período.

As informações fazem parte dos boletins de ocorrência dos Estados e do Distrito Federal, compiladas pelo ministério por meio da plataforma Sinesp, que indicam ainda diminuição nos crimes de roubo seguido de morte (23,1%), tentativa de homicídio (6,5%), lesão corporal seguida de morte (5,2%) e estupro (5,7%).

Foi registrada também redução de 38,5% nos crimes de roubo à instituição financeira, furto de veículos (12,2%), roubo de carga (22%) e roubo de veículo (26,6%).

No ano passado, ao divulgar levantamento que já apresentava números em quedas nos indicadores criminais, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, dividiu com Estados e municípios os louros da conquista. Ele tinha razão. A vitória não pode ser atribuída a um agente apenas, pois o trabalho integrado das forças de segurança é o que resulta em bons resultados.

Na verdade, é preciso voltar ainda mais no tempo, pois várias medidas introduzidas no governo Michel Temer começaram a surtir efeitos positivos. Principalmente no que diz respeito a integração das forças policiais e intervenções em prisões visando a separação de líderes de facções criminosas.

Como o crime é um fenômeno multifatorial, o combate a ele também precisa agir em muitas frentes. Embora seja motivo de comemoração a redução do número de homicídios e alguns tipos de roubos, é preciso lembrar que o País tem um longo caminho pela frente no sentido de reduzir as mortes causadas por policiais, os crimes contra homossexuais e a violência contra a mulher.

Obrigado por acompanhar a FOLHA! ↓

18 FEV 2020

FOLHA DE LONDRINA

Deputados

11 paranaenses terão
12 dias de folga
no Carnaval

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - Os deputados estaduais do Paraná fazem nesta terça-feira (18) a última sessão ordinária antes do Carnaval. Depois, eles voltam a se reunir em plenário apenas no dia 2 de março. A folga de 12 dias foi confirmada pelo presidente da AL (Assembleia Legislativa), Ademar Traiano (PSDB).

Segundo o tucano, na quarta, quando ainda é comum acontecerem sessões, técnicos vão fazer mudanças já programadas no sistema de votações - microfones e Mesa Executiva. "Vamos aproveitar o período de Carnaval e voltar só na semana seguinte", diz.

Já na quarta de cinzas, Traiano afirma que provavelmente não haveria quórum suficiente para uma reunião ordinária normal. Com isso, projetos enviados pelo governo Ratinho Junior (PSD), como o da Agepar (Agência Reguladora do Paraná) e os do primeiro "pacote" de 2020, serão analisados no próximo mês.

18 FEV 2020

BEMPARANÁ

PF vê risco de ataque ao Supremo

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, enviou aos magistrados da corte um ofício sigiloso informando que uma célula terrorista pode estar preparando “agressões contra ministros deste tribunal”. A informação foi repassada pela Polícia Federal ao ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito que investiga ataques ao Supremo. Ele então repassou a informação a Toffoli, que enviou um documento aos colegas alertando sobre os riscos e recomendando que, diante da gravidade “reforcem a segurança pessoal nas atividades cotidianas”.

A informação foi revelada ontem pela colunista da Folha de S Paulo, Mônica Bérghamo. Segundo a reportagem, os supostos terroristas teriam dito, em suas comunicações, que os ministros mantêm uma rotina que facilita o contato físico e visual. Seriam, portanto, autoridades de fácil acesso a indivíduos que pretendem fazer algum ataque.

TST diz que greve dos petroleiros é ilegal e impõe multa de R\$ 500 mil

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra, decretou ontem que a greve dos petroleiros é ilegal. Segundo a decisão do ministro, a greve, que já dura 17 dias, tem “motivação política e desrespeita as leis de greve”. Gandra ainda impôs uma multa diária que vai de R\$ 250 mil a R\$ 500 mil em caso de continuação da greve.

Além disso, a Petrobras ainda poderá tomar “eventuais sanções disciplinares” contra os petroleiros. Os trabalhadores estão realizando uma greve solidária às demissões na Fábrica de Fertilizantes Nitrogenado do Paraná (Fafen), uma subsidiária da Petrobras.

Motorista acusado de enviar áudios racistas a passageira se apresenta

O motorista do aplicativo de carona in-Driver Josivaldo Gualberto de Assis Júnior, acusado de enviar áudios com conteúdo racista a uma passageira em Curitiba, se apresentou à Polícia Civil ontem. A mulher que recebeu as mensagens é negra e afirmou ter sido vítima de injúria racial por parte do motorista. Um inquérito foi aberto para apurar o caso.

Josivaldo chegou à delegacia acompanhado da irmã e mais dois advogados e foi liberado depois de ser ouvido no 7º Distrito Policial. De acordo com os advogados, ele estaria passando por crises psicóticas e um quadro depressivo.

O motorista conseguiu o telefone da passageira no próprio aplicativo, que mostra o número do celular dos usuários. E admitiu ter mandado os áudios.